

Covas já admite que a emenda das diretas não terá 5 milhões de apoios

6 AGO 1987

JORNAL DO BRASIL

Sem povo, DF lança a campanha pelas diretas

Pouco mais de 60 pessoas estiveram presentes ontem à noite ao ato público de lançamento no DF da campanha pela coleta de assinaturas à emenda popular estabelecendo eleições diretas para a Presidência em 15 de novembro de 88. O reduzido público frustrou a expectativa do próprio líder da campanha, o senador Mário Covas, do PMDB paulista, que no dia 25 acreditava na obtenção de cinco milhões de assinaturas à emenda e ontem admitiu que esse número só seria alcançado em "seis meses" de coleta. "Se tivéssemos seis meses..." — afirmou o líder peemedebista na Constituinte.

Covas, entretanto, garantiu que serão obtidas as 30 mil subscrições de eleitores exigidas pelo regimento interno para a apresentação da proposta. Um parlamentar de esquerda peemedebista que participou do ato público, revelou que no encontro que manteve com os integrantes do MUP — Movimento Unificado Progressista — há uma semana, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP), concordou com o pedido para que, apresentada com as 30 mil assinaturas necessárias, a emenda pudesse em tramitação receber outros apoiantes. Segundo este deputado do PMDB, a expectativa é de que se obtenha até o próximo dia 13, último prazo para o encaminhamento das propostas, a adesão de 300 mil eleitores ao projeto, ao in-

vés dos cinco milhões previstos inicialmente.

Além de Mário Covas, integraram a mesa os senadores Pompeu de Souza (PMDB-DF) e Mauricio Correa (PDT-DF), os deputados Robson Marinho (PMDB-SP), Haroldo Sabóia (PMDB-MA), Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), Augusto Carvalho (PCB-DF) e Geraldo Campos (PMDB-DF). Também estiveram presentes os presidentes dos diretórios regionais do PMDB, PDT, PTB, PT e PSB. Presidiu a reunião o presidente da OAB/DF, Amaury Serlavo, o anfitrião, pois o encontro ocorreu no auditório da entidade.

O primeiro orador foi o deputado Sigmaringa Seixas que afirmou terem Tancredo Neves e José Sarney, ao serem eleitos pelo Colégio Eleitoral, assumido "o compromisso solene de conduzir a transição cujo ciclo se encerraria com a promulgação da Constituinte". Segundo o parlamentar, com a promulgação da Carta Magna, o presidente Sarney "perde totalmente a legitimidade de seu mandato. Qualquer manobra de continismo a partir dai será como um golpe" — afirmou Sigmaringa. Representando o PCB, o deputado Augusto Carvalho falou em seguida afirmando que não se pretender antecipar mandato, "mas que seja cumprida a vontade do povo". Ele criticou as corrupções e des-

mandos que vem ocorrendo no Governo, sem que qualquer um dos peemedebistas presentes o rebatesse. O senador Mauricio Correa, por sua vez, bateu na tecla da necessidade de eleições diretas para o governo do Distrito Federal, lembrando frase de Tancredo Neves: "Já vi cidadãos cassados, mas cidade cassada é a primeira vez". Já o senador Pompeu de Souza declarou que se a campanha se apresenta timidamente nas ruas é apenas pela falta de meios. Ele apelou à população do DF para que auxilie na coleta de assinaturas, pois a capital da República tem de dar o exemplo para o País. O deputado Geraldo Campos defendeu também a convocação de eleições para o governo local e ressaltou a importância da proposta.

Covas foi o último a falar e afirmou que tem quatro compromissos permanentes: com o povo, sua consciência, o PMDB e com a democracia. O líder peemedebista acentuou que tem compromissos com o Governo, que apóia e que o auxiliou na campanha do ano passado. Contudo, destacou que o mandato presidencial tem a duração da transição, que a seguir se completa com a promulgação da Constituição. Argumentou que pouco importa se o PMDB será governo ou oposição após as eleições em novembro de 88. "O que interessa é auxiliarmos o povo a andar com as próprias pernas", disse.